



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS
FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA E COM ALTAS HABILIDADES NO RIO GRANDE DO SUL

FADERS – ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

DESAFIOS, POTENCIALIDADES E PROPOSTAS Mapeamento da realidade municipal e regional sobre acessibilidade e inclusão no Rio Grande do Sul/2016

O referente documento contém, de acordo com a análise dos dados coletados no Mapeamento da realidade municipal e regional sobre acessibilidade e inclusão no Rio Grande do Sul/2016, apontamentos sobre os desafios na implantação e implementação das políticas públicas para as pessoas com deficiência, bem como, as potencialidades no que se refere a ações no campo da garantia de direito a tal seguimento. A Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS), órgão gestor e articulador da política pública para Pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e altas habilidades no Estado do Rio Grande do Sul, tem pautado seu trabalho institucional em dois fundamentos básicos: acessibilidade e inclusão.

Esses dois temas "Acessibilidade e Inclusão" constituem-se como prioridade na busca de igualdade de direitos para as pessoas com deficiência os quais devem ser assumidos como elementos norteadores da política pública.

É muito comum relacionar acessibilidade ao acesso aos espaços físicos em um determinado ambiente. Entretanto, a acessibilidade é condição necessária, para que as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida possam viver de forma independente, conquistando sua autonomia. A acessibilidade é condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão, e se apresenta em múltiplas dimensões.

As políticas públicas voltadas para a acessibilidade e inclusão são instrumentos imprescindíveis e necessários para que estas se façam efetivas na vida das pessoas. Neste sentido, tornou-se fundamental mapear estas políticas públicas e identificar como as mesmas, efetivamente, são aplicadas pelos diversos setores públicos municipais.

É com este objetivo, que a FADERS reformatou a sistemática de realização do Fórum Permanente de Políticas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades, o qual passou a ser realizado tendo em conta a geografia e a abrangência das associações municipais constituintes da FAMURS.

No quadro a seguir constam os municípios sede onde ocorreram os Fóruns em 2016.

					
EDIÇÃO	DATA	MUNICÍPIO SEDE	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES GERAL	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES REGIÃO FAMURS	PESSOAS PARTICIPANTES
139º	20/04/2016	Rolante	06	06	144
140º	17/05/2016	Canoas	14	12	180
141º	24/05/2016	Portão	21	21	137
142º	07/06/2016	Santo Antônio das Missões	25	25	468
143º	12/07/2016	Carazinho	25	25	234
144º	30/08/2016	Camaquã	13	12	210
145º	30/09/2016	Sobradinho	12	09	175
146º	25/10/2016	Frederico Westphalen	21	21	127
147º	17/11/2016	Rio Grande	06	06	126
148º	29/11/2016	Torres	10	10	84
		TOTAL	153	147	1.885

Fonte: A Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS).

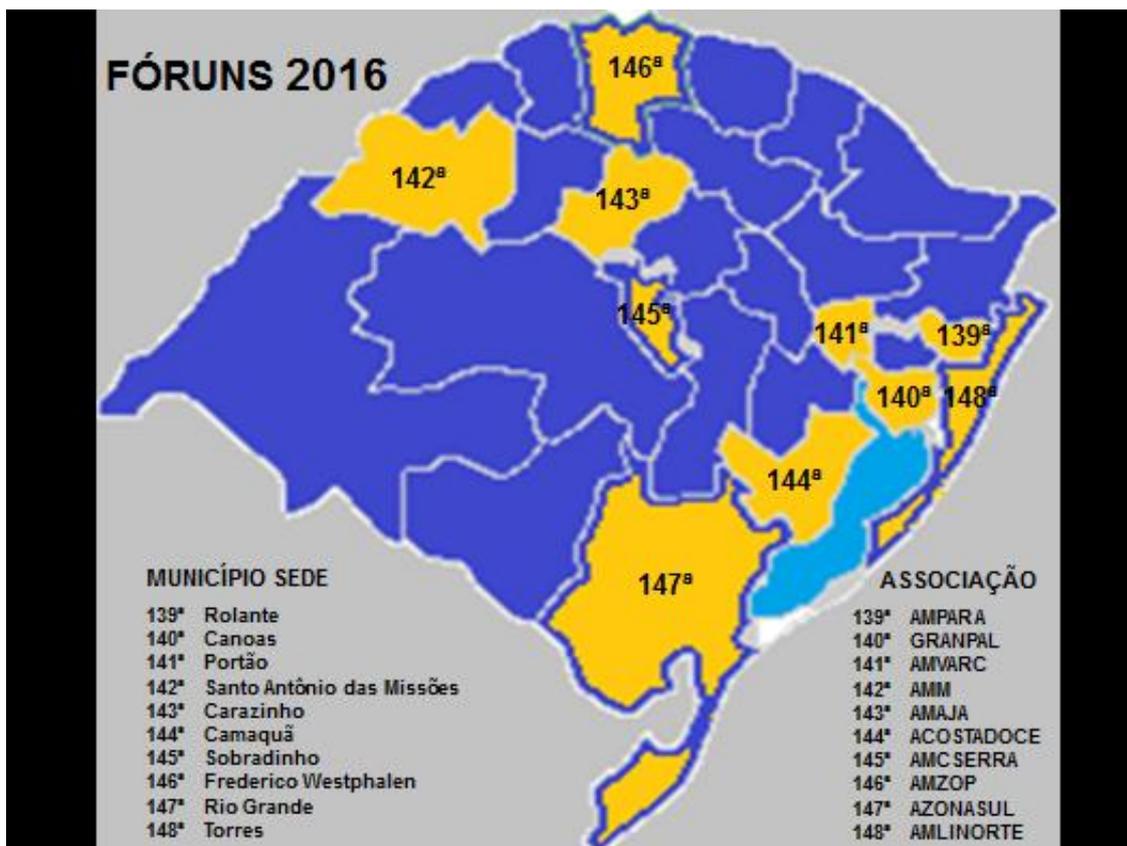
A partir dessa sistemática e o objetivo mencionado no parágrafo anterior, elaboramos um questionário (mapeamento), que foi encaminhado aos prefeitos, com um conjunto de questões referentes ao tema da acessibilidade e inclusão em cada região. As questões propostas neste instrumento foram

abordadas na plenária de cada Fórum Permanente de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e para Pessoas com Altas Habilidades que sempre é realizado nos municípios sede de determinada Associação da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), que compõe a região (associação dos municípios). Durante a plenária do Fórum no turno da manhã são convidados representantes de cada município (gestores ou servidores públicos) para apresentar as suas políticas públicas referentes às pessoas com deficiência. O mapeamento é composto por dois instrumentos.

No Instrumento I com a abordagem de coleta quantitativa, teve como base a pesquisa documental com a coleta de dados referentes aos eixos de educação, saúde e assistência social, conforme informações disponíveis no site da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no Observatório Viver Sem Limites e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que retratam a realidade das ações no âmbito das políticas públicas para as Pessoas com Deficiência nos respectivos municípios do Rio Grande do Sul contidos na amostra. Os dados referentes aos Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência foram coletados no site do COEPEDE.

No Instrumento II, constituiu-se de um questionário qualitativo-quantitativo com questões fechadas que foram respondidas pelos prefeitos e representantes dos municípios. Ambos os dados coletados e documentados foram trabalhados mediante a análise de conteúdo (Bardin, 1979), com base no enfoque misto de pesquisa (Prates, 2012).

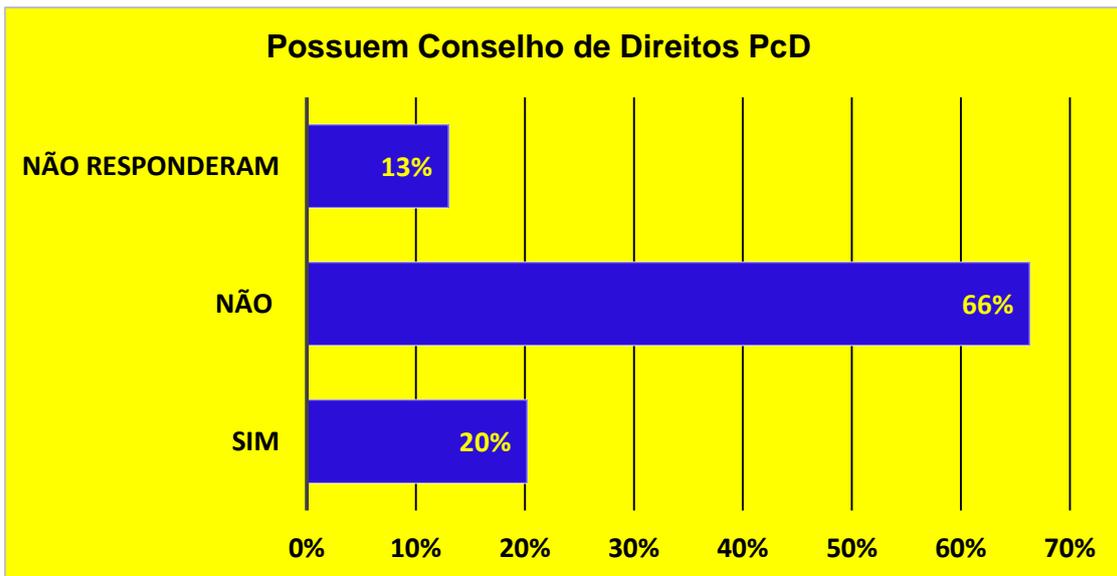
A FADERS durante o ano de 2016 realizou o Fórum Permanente de Política Pública da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Altas Habilidades no RS, percorrendo as dez (10) regiões vinculadas pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS). Estas dez regiões representam cento e noventa e três (193) municípios. Dos cento e noventa e três municípios obtivemos o retorno de cento e dezesseis (116) municípios, 60% dos participantes mapeados através do instrumento II.



Fonte: A Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS).

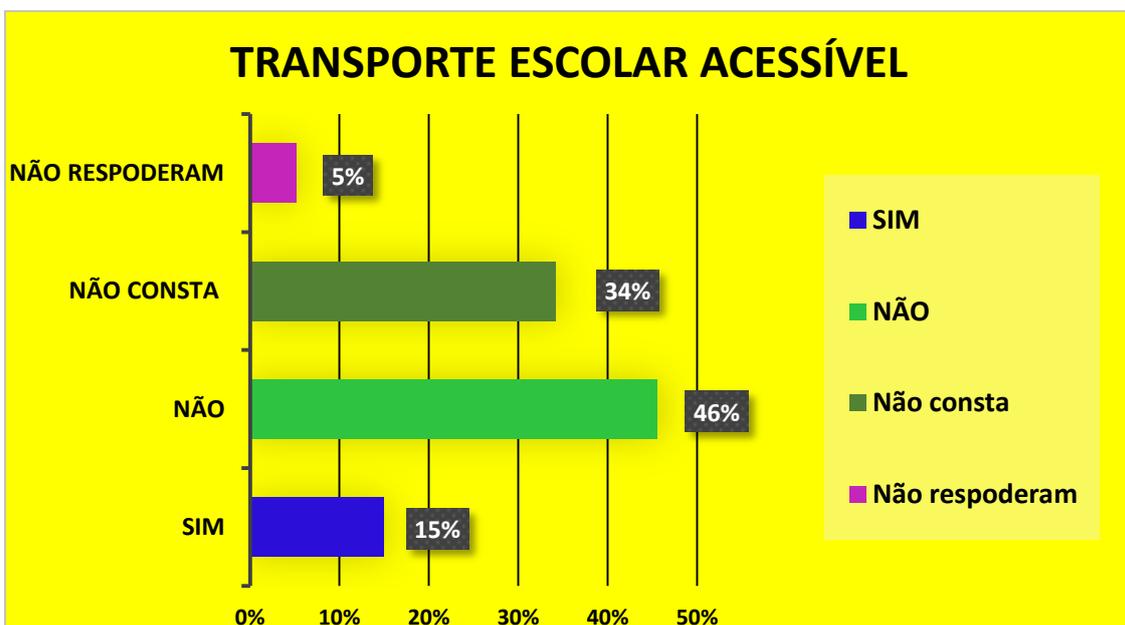
Os dados representados nesse relatório correspondem à pesquisa realizada no período de 2016, que abordam aspectos quantitativos e qualitativos coletados a partir das informações de banco de dados de pesquisas já realizadas e da aplicação dos questionários aos prefeitos dos municípios por meio dos fóruns regionais.

Na coleta de dados das dez (10) regiões ao analisar quais os municípios possuem Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência, dos 128 municípios que responderam, apenas 20% possuem Conselho de Direitos, 66% responderam que não possuem, e 13% dos municípios não responderam se possuem ou não Conselho de Direitos Pessoa com Deficiência, como demonstra o gráfico abaixo:

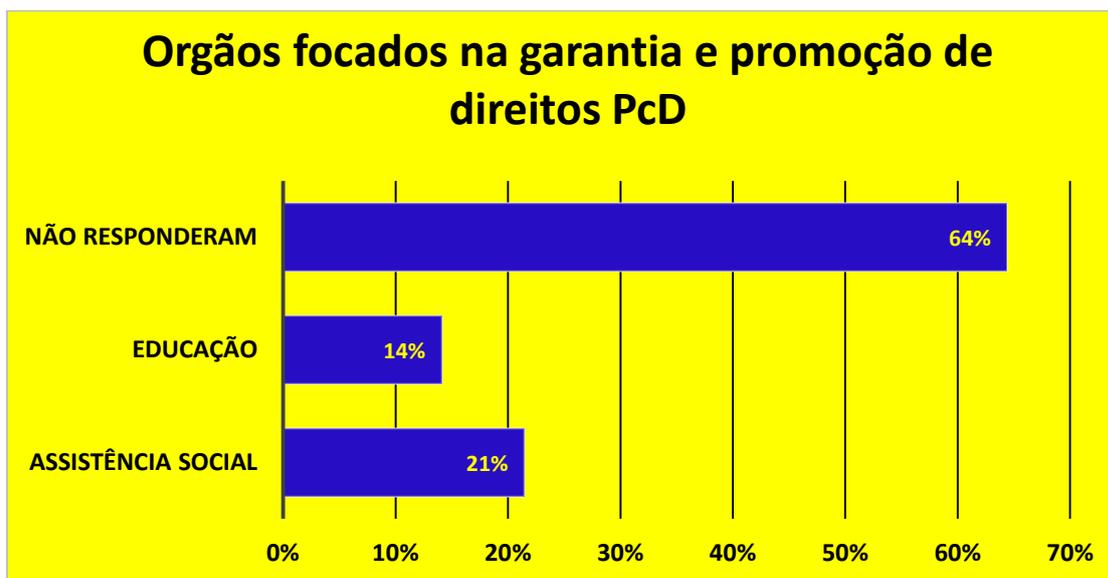


Fonte: A Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS).

Outro ponto se refere à acessibilidade dos transportes escolares dos municípios das regiões. A coleta foi feita a partir da análise dos questionários aplicados com os gestores, junto à base de apoio dos dados do IBGE. Dos municípios participantes, 5% não responderam se há, ou não, transporte escolar acessível. Da coleta dos dados a partir do IBGE, 34% dos municípios pesquisados, essa informação não constava, já 46% dos municípios não possuem transporte escolar acessível, o que demonstra, que somente 15% dos municípios possuem transporte escolar acessível. Segue o gráfico abaixo:



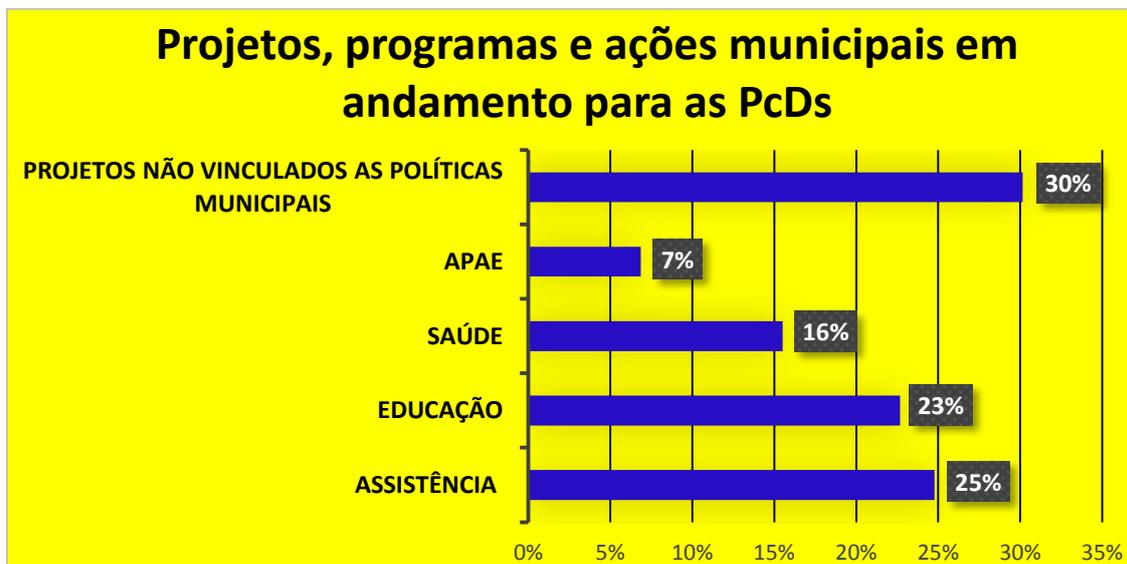
Ao responder sobre os órgãos focados na garantia e promoção de direitos das pessoas com deficiência, os municípios referiram como principais as políticas da educação e a política de assistência social, demonstrando que essas políticas são as que mais têm materializado o acesso à inclusão e à acessibilidade, sendo que a soma destas duas políticas centraliza 35% das ações de promoção e garantia de direitos das pessoas com deficiência, considerando que 64% dos municípios não informaram quais ações são tomadas nesse sentido. Segue as informações no gráfico abaixo:



Fonte: A Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS).

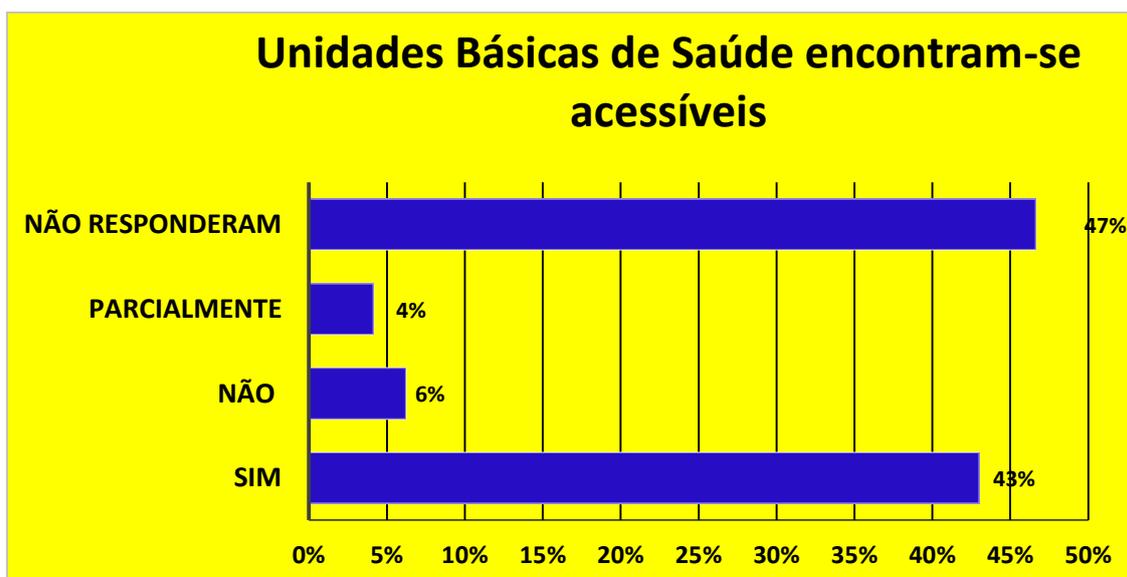
Nas ações vinculadas como projetos, programas que estão em andamento para as pessoas com deficiência e altas habilidades nas diversas Secretarias Municipais, a maior concentração se apresenta na área da assistência social com um percentual de 25%, seguida pela área da educação com 23%, já na área da saúde o percentual é de 16%. Outro dado em relação as ações municipais, refere-se ao encaminhamento da demanda para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com ações na área da educação e saúde que corresponde a 7% das medidas citadas pelos municípios participantes da pesquisa. A taxa de 30%, correspondente aos projetos não vinculados às políticas públicas das gestões municipais, representa ações desenvolvidas pelos municípios sem vinculação diretas as categorias

anteriormente citadas: APAE, Saúde, Assistência Social e Educação. Como demonstra o gráfico a seguir:



Fonte: A Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS).

De acordo com o questionamento da acessibilidade das Unidades Básicas de Saúde, 43% das respostas demonstram que há acessibilidade nesses espaços nos municípios pesquisados. Já com a soma das categorias de não acessibilidade e condição parcial o índice é de 10%. Outro dado relevante se expressa na não resposta dos municípios que totaliza 47% da amostra.



Fonte: A Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS).

Outro ponto a ser destacado é que 100% dos municípios possuem sala de recursos multifuncionais do programa de atendimento educacional especializado na educação pública. Como expresso na tabela abaixo:

ESCOLAS COM RECURSOS MULTIFUNICIONAIS	
ASSOCIAÇÕES	Nº SALAS DE RECURSO
AMCSERRA	59
AMM	121
AMPARA	79
AMVARC	41
ACOSTADOCE	54
GRANPAL	16
AMZOP	103
AMLINORTE	88
AMAJA	47
AZONASUL	24
TOTAL	632

Fonte: Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS).

O número de salas de recursos multifuncionais apresentaram uma variação mínima de dezesseis (16) salas, e máximo de cento e vinte e uma (121) salas por associação de municípios. Considera-se que cada região possui densidade demográfica diferente de acordo com a quantidade de municípios e suas respectivas densidades.

O número de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) na política de assistência social ao contemplar as dez regiões com um total de 193 municípios, corresponde 30% da população do estado do Rio Grande do Sul de acordo com a população estimada pelo IBGE (2016), aponta-se que do número de BPC das regiões, 17% corresponde ao BPC na escola dentro da estimativa dos 30%.

Outro aspecto que se destaca é a dificuldade de organização do controle social das pessoas com deficiência, visto que há lacunas na criação dos Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência. Em algumas regiões há ausência de Conselhos o que demonstra um percentual de 66% dentre os municípios pesquisados. 20% dos municípios possuem conselhos de direitos, a tabela abaixo apresenta o número de conselhos por região:

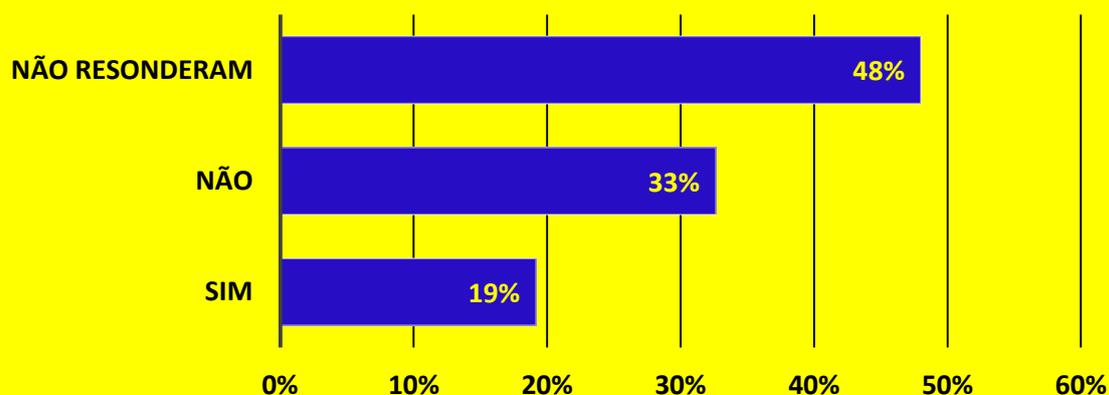
MUNICÍPIOS QUE POSSUEM CONSELHOS DE DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA					
Associações	Municípios por região	Sim	Não	%Sim	%Não
AMCSERRA	13	1	2	8%	15%
AMM	25	3	22	12%	88%
AMPARA	6	4	2	67%	33%
AMVARC	20	4	2	20%	10%
ACOSTADOCE	12	0	12	0%	100%
GRANPAL	14	9	5	64%	36%
AMZOP	42	1	41	2%	98%
AMLINORTE	22	6	16	27%	73%
AMAJA	19	6	11	32%	58%
AZONASUL	20	5	15	25%	75%
Total	193	39	128	-	-
Porcentagem	-	20%	66%	-	-

¹Fonte: Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul – FADERS.

A política de inclusão no trabalho é outro ponto que se apresenta vulnerável e que precisa de maior atenção para que as pessoas com deficiência tenham acesso ao mundo do trabalho. Nas dez (10) regiões apenas 19% dos municípios apresentam algum programa, projeto ou ações específicas que apoiem e fortaleçam a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Destes 33% dos municípios referiram não desenvolver nenhuma das ações apontadas. Em relação ao restante dos municípios 48%, não responderam se desenvolvem, ou não, alguma ação referente à inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Outro apontamento refere-se a 5% da predominância das ações de inclusão no mundo do trabalho mediante a política pública de assistência social.

¹A porcentagem correspondente às respostas da seguinte tabela, categorizada em “sim” ou “não”, obedece ao critério de amostragem do total de 193 municípios, o que torna o percentual parte da amostra mensurada. Os números de sim e não, correspondem a pesquisa documental.

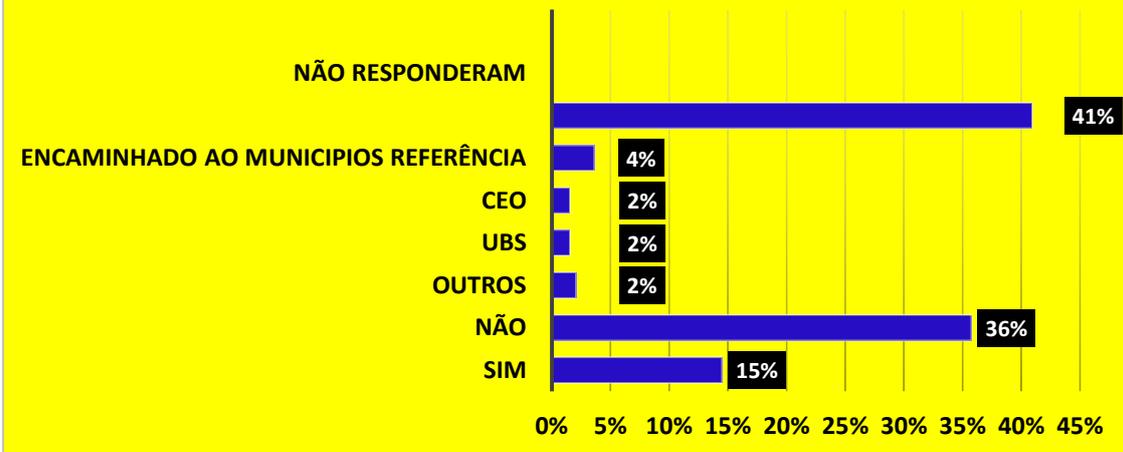
Ações na área da inserção ao mundo do trabalho para as PcD



Fonte: Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul – FADERS.

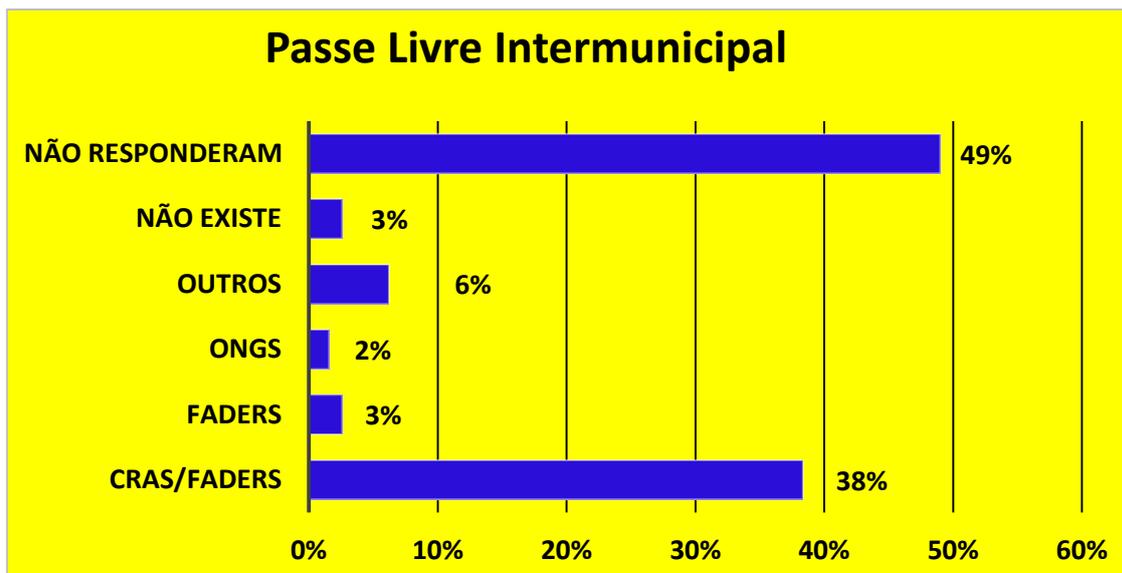
A respeito da existência de serviços especializados de odontologia para as Pessoas com Deficiência nos municípios, na soma das respostas do encaminhamento aos municípios de referência da região, pois estes não possuem serviço especializado, gera-se um percentual de 40% dos municípios sem serviço de odontologia especializado para Pessoas com Deficiência. Na análise do questionário 41% dos municípios não responderam se tem o serviço. Na soma das categorias, Centro Especializado em Odontologia (CEO), Unidades Básicas de Saúde (UBS) e da representação de municípios que possuem, totaliza-se 15% dos municípios das dez regiões pesquisadas com serviço de odontologia especializado para as Pessoas com Deficiência, como demonstra o gráfico a seguir:

Serviços especializados de odontologia para PcD nos municípios



Fonte: A Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS).

Quando indagado sobre a forma que ocorre o processo de encaminhamento do passe livre intermunicipal para as pessoas com deficiência nos municípios, 49 % dos municípios não responderam, 3% responderam que não existe essa ação em nível municipal. Grande parte da demanda de passe livre se deu através da relação usuário e Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), que posteriormente encaminha a instituição FADERS, órgão responsável pelo passe livre intermunicipal, representado por 38% das respostas. Ainda em relação ao passe livre 2% se deu por intermédio de ONGs que encaminham o benefício a FADERS. Os 3% representados pela instituição FADERS no gráfico abaixo corresponde as respostas em que os gestores citaram a instituição como órgão referência a que a demanda é encaminhada pelo município, o campo outros, correspondente a 6% das respostas demonstravam ações não claras de encaminhamento.



Fonte: A Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS).

A FADERS está instrumentalizada para assessorar os municípios, a partir da identificação desses pontos vulneráveis e está à disposição da construção conjunta de estratégias de enfrentamento dessa realidade que ainda não se configura no pleno acesso à inclusão e na construção da acessibilidade no nosso estado do RS.

Constatamos pelo mapeamento que precisamos investir na articulação dos Comitês Gestores e na consolidação de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência. O protagonismo de quem vivencia a condição da deficiência é fundamental para a mudança de cultura da nossa sociedade e para o real ajuste nas quebras de barreiras arquitetônicas e atitudinais

Apontamento de desafios nas políticas para as Pessoas com Deficiência:

- Falta de serviços de Odontologia especializado;
- Dificuldades em prestar o atendimento das Redes de Reabilitação na Saúde da Pessoa com Deficiência.
- Inclusão no mundo do trabalho;
- Acessibilidade nas sedes do governo municipal;
- Habitação acessível;
- Faltam legislações municipais específicas nas áreas da política pública para PcD e PAH/SD;

- Criação de novos comitês gestores;
- Criação de Conselhos de Direitos para as pessoas com deficiência;

Destaques de potencialidades sobre Acessibilidade no Rio Grande do Sul:

- Número crescente de Unidades Básicas de Saúde com acessibilidade;
- Consolidação do Passe Livre intermunicipal/FADERS, através da política de Assistência Social - CRAS;
- Número crescente de transporte escolar acessível;
- Consolidação da política de educação inclusiva com Atendimento Educacional Especializado;
- AZONASUL e GRAMPAL possuem serviços de odontologia especializada para Pessoas com Deficiência;

Por fim, foi elaborado um conjunto de propostas para a qualificação das políticas públicas para as pessoas com deficiência a partir dos pontos cruciais que emergiram na análise da pesquisa, junto as dez regiões pesquisadas no Rio Grande do Sul.

Propostas de descentralização e transversalidade das políticas públicas:

- Realização de Seminários Regionais e cursos sobre inclusão no mundo do trabalho, curso EAD em Altas Habilidades/Superdotação;
- Capacitação dos CRAS/Passe livre intermunicipal;
- Orientação para formação dos Comitês Gestores;
- Seminário Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística - Construindo uma sociedade sem barreiras.
- Curso de Aperfeiçoamento de cirurgiões dentistas e pessoal auxiliar no atendimento odontológico as Pessoas com Deficiência;
- Assessoria da FADERS quanto à legislação referente à Pessoa com Deficiência;
- A FADERS vai disponibilizar relatórios regionais do mapeamento no Rio Grande do Sul;

- Seminários com novos gestores municipais para construção de políticas públicas para acessibilidade e inclusão denominados: *Subsídios Técnicos para uma gestão inclusiva*.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, agosto de 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/>. Acesso: 2016.

_____, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos – *Observatório do Viver sem Limite*, 2016. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/acl_users/credentials_cookie_auth/require_login?came_from=http%3A//www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/observatorio. Acesso; 2016.

COEPEDE, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2016. Disponível em: <http://www.coepede.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 2016.

FADERS, Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul – FADERS. Disponível em: <http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/>. Acesso em: 2016.

FAMURS, Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.famurs.com.br/>. Acesso em: 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), 2014. Disponível em: <http://ces.ibge.gov.br/apresentacao/portarias/200-comite-de-estatisticas-sociais/base-de-dados/1144-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html>. Acesso: 2016.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, *Censo 2010*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso: 2016.

PRATES, Jane Cruz. *O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária*, Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <http://www.saude.rs.gov.br/inicial>. Acesso; 2016.

Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social- Divisão da Assistência Social. Disponível em: <http://www.sdstjd.rs.gov.br/das>. Acesso: 2016.